

A DITADURA MILITAR NA AMAZÔNIA LEGAL: DENÚNCIAS DO EXÍLIO

THE MILITARY DICTATORSHIP IN LEGAL AMAZON:
DENUNCIATIONS FROM EXILE

Teresa Cristina Schneider Marques

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Correspondência:

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Av. Ipiranga, 6681 – prédio 05, sala 205. Cep. 90619-900

Porto Alegre-RS, Brasil.

E-mail: teresacsm@gmail.com

Resumo

As publicações organizadas e/ou apoiadas pelos brasileiros no exterior constituíram uma das principais formas de atuação política da esquerda brasileira exilada. Nesse quadro, a política de ocupação de áreas da Amazônia, a violência contra indígenas e a crítica às ações dos latifundiários na região fizeram parte dos temas abordados pelos exilados, com o objetivo ampliar o apoio à oposição a ditadura. A partir da análise destas publicações, o presente artigo busca compreender a posição da esquerda brasileira sobre o tema.

Palavras-chave: Ditadura militar; Denúncias; Amazônia.

Abstract

The publications organized and/or supported by brazilians in foreign countries constituted a major form of political activity of the brazilian left exiled. In this framework, the policy of occupation of areas of the Amazon, the violence against indians and the critique of the actions of the landowners in the area were among the topics chosen by the exiles, with the aim of increasing the support for opposition to the dictatorship. From the analysis of these publications, this article seeks to understand the position of the Brazilian left on the subject.

Keywords: Military dictatorship; denunciations; Amazon.

Introdução

O exílio foi imposto de maneira direta ou indireta a centenas de brasileiros que se opuseram ao regime autoritário instalado no Brasil a partir de um golpe de Estado, em 1964. Os diferentes ciclos repressivos da ditadura militar brasileira ocasionaram dois principais momentos de saída de opositores do Brasil. O “alvo” ao qual a repressão era direcionada nos permite identificar as principais características de cada ciclo repressivo, que por sua vez, contribuíram para definir dois diferentes grupos de exilados. A historiadora Denise Rollemberg os compreende enquanto “gerações”¹, em virtude das características compartilhadas entre os membros de cada grupo.²

Segundo Rollemberg, a primeira geração pode ser caracterizada pela atuação política através das vias legais e pela vinculação aos movimentos e partidos existentes antes do golpe. Ela começou a deixar o país ainda em 1964, isto é, foi expulsa do país pelos dois primeiros ciclos de repressão, que ficaram marcados pelo excessivo número de cassações políticas. Tal dado nos permite afirmar que os membros do governo deposto representaram o principal alvo da repressão desencadeada nesse período, ainda que outros movimentos políticos também tenham sido violentamente reprimidos. Assim, esse primeiro ciclo repressivo atingiu principalmente políticos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que estava no poder com o presidente deposto João Goulart (1961-1964). Dessa forma, ficou conhecido como “operação limpeza”. O Uruguai foi o principal pólo de concentração dessa geração de exilados brasileiros.

Um segundo momento de partida se deu em 1968. O Ato Institucional número 5, editado em 13 de dezembro de 1968,³ gerou um novo ciclo repressivo, que representou a radicalização das medidas tomadas pelo governo para sufocar a oposição, que crescera muito naquele ano, atingindo diretamente as organizações clandestinas. Dessa maneira, um novo grupo se viu forçado a deixar o país, compondo a segunda geração. A partir da promulgação do ato, os dirigentes autoritários voltaram a se outorgar o poder de cassar os direitos políticos dos cidadãos, fechar o Congresso – que apenas foi reaberto no final de 1969 –, estabelecer a incomunicabilidade dos presos políticos durante dez dias – medida que facilitou a intensificação do uso da tortura –, dentre outros dispositivos jurídicos autoritários e repressivos. Portanto, pode-se afirmar que a partir do Ato Institucional n.º5 (AI-5) a perseguição a opositores efetivada pelo regime militar passou a ser mais brutal e

¹ A definição da autora se baseia nos estudos de Sirinelli, que compreende que uma geração é composta por indivíduos marcados por um ou vários eventos. A discussão sobre o conceito de geração de Sirinelli está presente no seguinte artigo: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2003.

² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 49.

³ ROLLEMBERG, op.cit., p. 51.

direta. Segundo Maria Helena Moreira Alves, a legislação, claramente mais autoritária, “abriu o caminho” para a “utilização descontrolada do aparelho repressivo”.⁴

Assim, notamos que o exílio da primeira geração foi mais qualificado, o enquanto exílio da segunda atingiu um número maior de militantes, sobretudo estudantes que provinham de diferentes classes sociais, muitas vezes de classes sociais urbanas menos abastadas.⁵ Como destacou Denise Rollemberg, dentre os diversos países que receberam os exilados dessa segunda geração – Cuba, Argélia, México, Argentina, Bolívia, entre outros – se destacam o Chile e a França como locais de concentração dos exilados brasileiros, mas em diferentes momentos, ou, em outras palavras, em diferentes fases.

A pesquisa realizada⁶ evidenciou que o sentimento de culpa por terem deixado o país, a busca pelos sentimentos de “dever cumprido” proporcionado pela militância e a necessidade de afirmar a identidade militante foram sentimentos compartilhados por ambas as gerações. Motivados por esses sentimentos, enquanto esperavam ou se organizavam para um eventual retorno ao país, os exilados procuraram fazer do exílio uma continuidade da luta travada em solo nacional, esperando dessa forma, incluir os exilados no combate contra a ditadura militar brasileira.

As denúncias dos crimes cometidos pela ditadura militar brasileira estão entre as principais formas de atuação política da esquerda brasileira exilada. Visando sensibilizar a população dos países de acolhida, os militantes focalizaram suas análises nas denúncias dos crimes cometidos pela ditadura no Brasil, bem como nas críticas ao modelo econômico adotado pelos militares. Entre os focos das análises dos exilados, destacamos os temas relativos ao meio ambiente, sobretudo, à Amazônia Legal.

A partir da análise destas publicações e da realização de entrevistas a partir da metodologia da História Oral⁷, o presente artigo busca compreender as posições da esquerda brasileira e a repercussão das denúncias no exterior. Com esse objetivo, o artigo objetiva analisar a militância da segunda geração de exilados. Esta geração, marcada pela militância clandestina urbana, se mostrou distante do ambiente rural.

Sendo assim, procede-se uma análise das publicações relativas à Amazônia Legal, visando identificar a posição da esquerda exilada sobre o tema. Nesse quadro, a política de ocupação de áreas da Amazônia, a violência contra indígenas e a crítica às ações

⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005, p. 162.

⁵ ROLLEMBERG, op. cit., p. 50.

⁶ O presente artigo é resultado das pesquisas de mestrado e doutorado da autora, que se beneficiou da análise de documentos primários de índole muito diversa, coletados no Brasil, no Uruguai, no Chile e na França. Ver: MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964 - 1967)*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2006; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Ciência Política (Tese de doutorado), 2011.

⁷ Sobre História Oral, ver: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória: fontes orais e relato histórico. In: *Cidades da mineração: memória e práticas culturais - Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, EDUFMT, 2006.

dos latifundiários na região fizeram parte dos temas abordados pelos exilados, no intuito de ampliar o apoio à oposição ao regime.

A militância da segunda geração de exilados

A segunda geração de exilados brasileiros ficou marcada pela busca pela continuidade da militância política no exterior. Acusados pelos companheiros que permaneceram no Brasil de serem “desbundados”, isto é, de terem abandonado a luta contra o regime por covardia, os exilados da primeira geração procuraram, sobretudo em uma primeira fase do exílio, contribuir com as ações das organizações às quais pertenciam no Brasil. Ou ainda, mantiveram uma verdadeira obsessão pela volta, no intuito de responder aos militantes de esquerda que acusaram aqueles que haviam partido para o exílio. Segundo Alfredo Sirkis, ex-exilado no Chile e na França, “media-se o grau de firmeza ideológica dos militantes pelos projetos de retorno imediatos ou mais longínquos que acalentassem”.⁸

Muitos militantes da esquerda discordavam do caráter involuntário do exílio, identificando enquanto “covardes” aqueles que haviam partido do país. Diferente da primeira geração, que foi surpreendida pelo golpe, a segunda geração mantinha uma estrutura para as atividades clandestinas, ainda que muito frágil. Diante da complexa dimensão do aparelho repressivo instalado pelo regime, se tornou óbvio para muitos militantes que a fragilidade dessa estrutura clandestina não era suficiente para garantir a sua sobrevivência e ação política no país. Assim, se a fragilidade da condição da militância no momento atribuía um caráter heroico àqueles que permaneceram no país, a covardia foi facilmente atribuída aqueles que partiram do Brasil para o exílio, com exceção dos banidos.⁹

Portanto, o exílio representava “uma derrota individual e coletiva”,¹⁰ por isso, a ideia de retornar ao país era o objetivo que guiava a maior parte dos exilados na América do Sul. Porém, após o fim do último local de refúgio para os perseguidos políticos pelas ditaduras militares na América do Sul com o golpe de 1973 no Chile, não restava alternativa segura que não fosse a saída do continente. Se voltar ao Brasil partindo de outros países vizinhos se mostrou extremamente difícil, voltar a partir da Europa parecia impossível. Além disso, os países latino-americanos também passaram a negar a entrada dos elementos considerados “subversivos”, já na perspectiva de efetivar a política latino-americana de isolamento político.

⁸ SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 32.

⁹ A partir da instituição da pena de banimento em 1969, o governo militar brasileiro passou a banir do território nacional os militantes cuja libertação havia sido exigida pelas organizações de esquerda, em troca da liberdade das autoridades estrangeiras sequestradas. No exílio, os banidos eram recebidos pela colônia enquanto heróis, diferentes dos demais. Sobre a “hierarquia” dos exilados, ver: ROLLEMBERG, 1999.

¹⁰ SILVA, Helenice. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França durante as ditaduras militares: uma história cruzada. *Nuevo mundo, mundos nuevos*. Debates, 2007. p. 07.

Visando romper com esse isolamento, os brasileiros no exterior procuravam atuar através da efetivação de denúncias. Esse tipo de atividade de oposição foi registrada ao longo de todo o exílio, mas há um evidente esforço nesse sentido entre os exilados da segunda geração. A denúncia dos crimes cometidos pelo regime autoritário foi vista pelos exilados como uma das armas mais fortes a serem utilizadas contra os militares a partir do exterior. Inclusive, de acordo com um documento enviado pelas organizações armadas aos seus militantes no exterior, essa atividade era atribuída aos exilados pelas direções das organizações. Segundo estas, a tarefa constituía um importante papel a ser desempenhado pelos exilados que objetivassem continuar integrados à luta.¹¹ Devido à censura imposta pelos militares aos meios de comunicação no plano interno e ao apoio oferecido por diversos periódicos ao governo¹² esse tipo de atividade dificilmente poderia ser realizada no Brasil.

Além disso, ao realizar denúncias no exterior, os exilados esperavam sensibilizar a opinião pública dos países de acolhida a seu favor, conseguir apoio para a sua luta política e prejudicar a imagem do regime militar brasileiro no exterior. Portanto, as denúncias são uma peça fundamental da equação política do exílio.

Tais objetivos fizeram com que as denúncias fossem presentes em todas as fases do exílio brasileiro, efetivadas pelos exilados das duas gerações em diversos países. Durante os primeiros anos do exílio, as denúncias foram realizadas exclusivamente em jornais locais, quando estes disponibilizavam espaço para os exilados. Entre eles, devemos destacar o periódico uruguaio *Marcha*, que ignorou as pressões do governo de Castelo Branco, que exigia a proibição da divulgação das acusações feitas pelos exilados.¹³ Porém, visando ter maior independência nas suas publicações, inúmeros informativos foram criados pelos exilados brasileiros.

Na fase posterior, os brasileiros se concentraram no Chile, sobretudo após a chegada de Allende ao poder. Nesse país, diversos periódicos foram criados. Entre os diversos periódicos organizados por exilados brasileiros nessa fase do exílio, podemos citar: *Cartas Chilenas*, organizado pelo petebista José Maria Rabêlo; *Unidade e Luta*, organizado pela Tendência Leninista da ALN; *Campanha*, organizado por um pequeno grupo de militantes Trotskistas; *Teoria y practica*, que era na realidade uma versão do periódico *Debate*, editado em Paris a partir de 1970 e organizado por João Quartin de Moraes, dissidente da VPR; *Temas y Debates*, que contou com a participação de organizações brasileiras ar-

¹¹ VPR, ALN, MR-8, MRT. “Comunicado aos brasileiros no exterior”. 15 páginas. Datilografado. Sem data. BDIC, Archives : F°delta 1120 (1) (17). Recueil : Plusieurs Mouvements réunis. 1956-1980.

¹² Como exemplo, podemos citar o jornal Folha da Tarde, do Grupo Folha da Manhã, que foi um dos “porta-vozes” do regime autoritário. O referido periódico foi objeto de estudo da historiadora Beatriz Kuschmir. (KUSCHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964 - 2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 251.

¹³ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai* (1964 - 1967). Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2006, p. 83-94.

madras, dentre as quais podemos citar o MR-8;¹⁴ *Resistência*, organizado pelo MR-8 e pela ALN e que também contou com edições na França; entre outras.¹⁵

Também podemos destacar o *Front Brésilienne d'information* (FBI) – ou *Frente Brasileira de Informações* –, que fora criado em 1969 na Argélia por iniciativa de políticos brasileiros com reconhecimento no cenário nacional, tais como o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes e o ex-deputado Márcio Moreira Alves. O FBI foi atuante em diversos países, sendo responsável por uma publicação que circulou com o mesmo nome em países como Argélia, Alemanha, Chile, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Estados Unidos e França.¹⁶

O *Front* se dedicava quase exclusivamente à denúncia das atrocidades cometidas pelos militares no Brasil e das consequências das medidas econômicas adotadas pelos militares à população brasileira. Portanto, não manteve vinculação com algum grupo político específico. Dessa forma, o *Front* teve o diferencial de contar com a participação de exilados ligados a diferentes organizações e, em diversos países – em especial no Chile –, ele promoveu o contato entre as duas gerações de exilados brasileiros, um diálogo que se mostrou extremamente raro durante o exílio brasileiro.

Essa campanha contra os militares efetivada pelos exilados é mencionada por José Maria Rabêlo, que havia sido vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e que viveu a maior parte do exílio no Chile: “Tinha razão a ditadura ao atribuir aos exilados a existência de uma campanha no exterior contra o regime (...). Na verdade, o que fazíamos era denunciar os crimes cometidos pela Ditadura, que não podiam ser divulgados internamente”.¹⁷

As denúncias realizadas pelos exilados a partir da imprensa, comprovavam que o afastamento do país não provocaria o completo isolamento da esquerda, contrariando assim, as expectativas dos militares com relação ao exílio político. Visando diminuir os efeitos da repercussão das denúncias feitas pelos militantes, os militares passaram a elaborar estratégias que buscavam deslegitimar os opositores. Um documento do Departamento de Ordem Política Social (DOPS) deixa clara essa estratégia:

¹⁴ Segundo a publicação assinada pela Var-Palmarens e intitulada “Ejemplo de lucha”, *Temas y Debates* chegou a publicar documentos do MR-8 sobre a guerrilha urbana, comentados por militantes. VAR-PALMARES. “Publicaciones”. *Ejemplo de lucha*. Sem data. p. 04. BDIC, Archives : FP 1120 (1) (5). Recueil : VAR-PALMARES. Vanguardia Armada Revolucionária (1969-1970).

¹⁵ Entre as revistas produzidas por brasileiros, podemos citar ainda *Outubro*, *Palmarens* e *Brasil Hoy*. Estas e todas as demais publicações brasileiras editadas no Chile são inexistentes nos arquivos chilenos, pois foram destruídas pelos militares após o golpe. Alguns desses periódicos estão disponíveis para pesquisa no arquivo da Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), vinculado à Universidade de Paris-X, em Nanterre, França. Porém, convém destacar que o Arquivo da Memória Operária (AMORJ), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conserva uma coleção mais completa a respeito da imprensa brasileira no exílio.

¹⁶ CHIRIO, Maud. Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979). *Cahiers d'Amérique Latine*, n. 48-49, 2006, p. 79.

¹⁷ RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração editorial, 2001, p. 194.

É de se exigir, portanto, que os propagandistas das torturas que ferem o nome da Pátria, no BRASIL [grifo do documento] e no exterior, encontrem a necessária reação nos meios de comunicação (imprensa escrita, falada e televisada). Ali deveriam ser também retratadas, no mesmo pé de igualdade, as barbaridades cometidas por insanos criminosos, inclusive contra inocentes crianças, mulheres e velhos, em covardes sequestros e atentados de toda sorte, bem como de frios assassinatos, para satisfação de sádicos sentimentos, importados de outros países, para onde vão esses criminosos em busca de torpes instruções.¹⁸

Tais estratégias e mesmo a pressão contra os países que acolhiam os exilados se mostraram ineficientes para evitar que os militantes se organizassem para efetuar iniciativas dessa natureza.

Além disso, é importante destacar que o número expressivo de publicações e suas diferentes linhas teóricas e vinculações políticas, evidenciam que a imprensa no exílio é mais uma evidência das constantes divisões dos grupos de esquerda brasileiros, não apenas no exílio. Todavia, apesar das divergências, as publicações possuíam em comum o objetivo de promover um ataque à imagem do regime autoritário brasileiro a partir do exterior. O principal objetivo era destruir a imagem que os militares propagavam do regime. Segundo eles, seria resultado de “uma intervenção salvadora em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção”.¹⁹

Com essa meta, se tornaram constantes nas publicações as denúncias sobre as torturas, as más condições às quais eram submetidos os presos políticos, a censura imposta à imprensa, os atos autoritários dos militares, etc. As denúncias eram elaboradas principalmente com base em relatos de exilados, que contribuíam com seus testemunhos ou informações que recebiam diretamente do Brasil.

Com efeito, as publicações elaboradas ou apoiadas por exilados constituem uma das fontes mais preciosas para avaliar as suas atividades políticas, haja vista que elas eram consideradas lugar privilegiado de expressão pelos exilados. Além disso, a análise das fontes jornalísticas nos permite estabelecer uma cronologia que não é tão clara nos relatos orais, e que nos permite verificar a transformação das ideologias e métodos de combate utilizados pela esquerda brasileira exilada.

Diversos foram os temas abordados pelos brasileiros no exterior, dentre os quais, destacamos as temáticas referentes a Amazônia Legal presentes no periódico Frente Brasileira de Informações (FBI). Veremos no tópico seguinte, que, à medida que a esquerda armada acumulava derrotas, novas armas de militância e bandeiras passaram a ser adotados.

¹⁸ DOPS-SP. Informação 2555. Assunto: comportamento de presos políticos. 30 jun 1975. Fl. 04. Pasta 18/50-Z-8 ordem: 1812 – 1932. Arquivo Público de São Paulo.

¹⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo de Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 39.

As denúncias dos crimes cometidos pelos militares relativos à Amazônia legal

Conforme já colocado, a segunda geração de exilados brasileiros era vinculada, sobretudo, ao movimento estudantil. Diferente da parcela da esquerda brasileira vinculada aos sindicatos e partidos legais, atingida pela repressão de 1964, que, procurando repensar a noção de nacionalidade, busca valorizar o passado e o caráter rural do povo brasileiro²⁰, os militantes pós-1964 podem ser caracterizados pela sua quase total desvinculação com o ambiente rural. Dessa maneira, uma parcela expressiva dos militantes que compunham a segunda geração de exilados brasileiros tinha a prática militante vinculada diretamente ao ambiente urbano, principalmente nos grandes centros das regiões sudeste, sul e nordeste, onde se concentram as universidades e os movimentos de oposição.

A prática guerrilheira urbana no Brasil sofreu grande influência das teses de Carlos Marighella sobre a guerrilha urbana, desenvolvida no conhecido texto intitulado *Manual do Guerrilheiro Urbano*. Diante de uma vasta quantidade de textos e experiências – tais como a Revolução Cubana – que vinculavam a ação guerrilheira ao campo, isto é, privilegiam a guerrilha rural, o texto de Marighella ofereceu a teoria que justificava e direcionava a ação guerrilheira em áreas urbanas²¹.

Assim, verifica-se um distanciamento da segunda geração de exilados brasileiros com relação ao ambiente rural e as regiões centro-oeste e norte do país. Apesar disso, é curioso verificar a presença constante de debates acerca da Amazônia brasileira nas publicações organizadas e/ou apoiadas pelos exilados brasileiros, principalmente no Chile e na França.

Nesse sentido, quanto ao Chile, torna-se importante compreender a importância da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para a esquerda brasileira e latino-americana. A comissão foi extremamente importante para o pensamento econômico da América Latina e, por isso, principalmente economistas passaram a se exilar no país, que tornou-se um ponto de encontro de intelectuais.²² Além dos residentes – Fernando Henrique Cardoso, Francisco Welfort, entre outros –, exilados em outros países – tais como Celso Furtado – também passaram pela CEPAL, no Chile. Entre os brasileiros que chegaram ao Chile sem a carreira definida, podemos destacar José Serra, que

²⁰ JOANONI NETO, Vitale. O país na posse de si mesmo: primeira aproximação acerca da reconstrução da Fronteira Oeste brasileira. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, 2013. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364482026_ARQUIVO_VitaleJoanoni_NetoTextoANPUH2013.pdf> Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

²¹ Ver: SILVA, Fabrício Trevisan Florentino da. *História e guerrilha: entre a tradição rural e a prática urbana – o Brasil das décadas de 60 e 70 do século XX*. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de pós-graduação em História (Dissertação de mestrado), 2011.

²² SILVA, Helenice. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França durante as ditaduras militares: uma história cruzada. *Nuevo mundo, mundos nuevos. Debates*, 2007, p. 06

partiu para o exílio enquanto líder estudantil, em 1964, e posteriormente também lecionou na CEPAL.

A perspectiva assumida pelos intelectuais da CEPAL era voltada para a questão do desenvolvimento. Nesse aspecto, o oeste do Brasil e a Amazônia em particular, passaram a receber significativa atenção da Comissão, chamando a atenção dos militares, segundo Vitale Joanoni Neto:

A centralidade da ideia da integração do território nacional é explicada nesse momento pela influência da guerra fria, pelas sinalizações internacionais acerca da necessidade da ocupação dos espaços vazios com os excedentes populacionais de algumas áreas do planeta, o que levou a CEPAL a olhar para a Amazônia como passível de receber levas de imigrantes e, por consequência, despertou a reação das forças armadas brasileiras, que nesse momento no poder, impõe o “integrar para não entregar”, um grande projeto de ocupação com incentivos governamentais.²³

Assim, o Projeto Rondon, a Rodovia Belém-Brasília e a construção da Transamazônica passaram a receber grande importância para os militares brasileiros e a constituir um foco de análise para a CEPAL. Também é importante destacar que a circularidade internacional desses intelectuais permitiu que as ideias defendidas pela CEPAL ultrapasassem as fronteiras sul-americanas. Dessa forma, elas ganharam espaço no continente europeu, sobretudo na França, principal destino dos intelectuais latino-americanos primeiramente acolhidos no Chile.

Nesse sentido, torna-se importante destacar as transformações pelas quais os movimentos de esquerda passavam na França a partir de meados da década de 1970. A chamada Nova Esquerda passou a romper com a valorização da violência proposta pela geração de Régis Débray. Esse rompimento foi resultado de um processo de autocrítica e avaliação da opção pela violência enquanto estratégia militante realizado pelos sobreviventes da repressão destinada aos grupos armados a partir de 1968. O aniquilamento das organizações e a morte dos militantes, bem como a derrota das experiências socialistas e/ou armadas, forçaram essa revisão.²⁴ Na França, assim como no Brasil posteriormente, acontecimentos como a primavera de Praga de 1968²⁵ e a derrubada do governo socialista de Allende em 1973 haviam representado um duro golpe para a esquerda²⁶, forçando o reposicionamento dos militantes que haviam sobrevivido.

²³ JOANONI NETO, Vitale. O país na posse de si mesmo: primeira aproximação acerca da reconstrução da Fronteira Oeste brasileira. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Natal: 2013, p. 07. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364482026_ARQUIVO_Vitale_Joanoni-NetoTextoANPUH2013.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

²⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 98.

²⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3. Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 49.

²⁶ “LE PUTSCH militaire au Chili”. Paris, *Le Monde*. n. 8916, Jeudi, 13 septembre, 1973, p. 01.

Segundo Sidney Tarrow, esses militantes abandonaram os métodos violentos de combate para dar lugar a formas pacíficas de ação política. Assim, buscaram se diferenciar da velha esquerda, tentando chamar a atenção da imprensa, do meio estudantil e das autoridades para novos temas.²⁷

Como resultado, essa avaliação e essa autocrítica fizeram com que emergisse “uma esquerda alternativa”, guiada por ideias totalmente diferentes daquelas que conduziram a esquerda armada da década de 1960. Entre as ideias que guiavam essa esquerda alternativa, devemos destacar “a valorização do cotidiano, do indivíduo, das relações pessoais, a valorização dos sentimentos e das emoções”.²⁸

A esquerda alternativa que surgiu nos primeiros anos da década de 1970 valorizava a subjetividade e abandonou as formas de ação que recorriam à violência. Além disso, é importante destacar sua crítica às “rígidas formas de organização e hierarquia” e a defesa de uma “democracia direta, participativa e sem intermediários”.²⁹ Em outras palavras, a esquerda alternativa procurava fazer uma crítica à noção tradicional da representatividade política e defender a participação direta dos indivíduos nas decisões políticas.

Entre os novos temas abordados pela esquerda alternativa na França, podemos destacar as questões relativas ao meio ambiente. Durante a década de 1970, passa-se a verificar uma maior preocupação da sociedade europeia com estes temas. Portanto, tal preocupação se baseia em dois motivos principais: a renovação da esquerda francesa e diversificação de suas reivindicações; a circularidade da intelectualidade latino-americana. A floresta amazônica, que ainda hoje exerce um grande fascínio entre os europeus, merece destaque ao se analisar a emergência do debate acerca da questão do meio ambiente entre os grupos de esquerda franceses.

Conforme já colocado, preocupados em sensibilizar a opinião pública dos países de acolhida, os brasileiros exilados privilegiaram a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura militar. Além dos crimes que violavam a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, tais como a tortura e a execução, a perspectiva marxista que predominava entre os militantes da esquerda brasileira também procurou vincular a ocupação da Amazônia Legal com a expansão do imperialismo norte-americano. Dessa forma, a política de ocupação de áreas da Amazônia, a violência contra indígenas e a crítica às ações dos latifundiários na região fizeram parte dos temas abordados pelos exilados.

Entre as publicações organizadas pelos exilados que partem dessa perspectiva para denunciar os crimes na Amazônia Legal, destacamos mais uma vez a Frente Brasileira de Informações (FBI). A perspectiva marxista é muito presente no periódico, que apontava o interesse da classe burguesa em continuar explorando a classe trabalhadora como o principal motivador para a montagem do aparelho repressivo. Este aparato se

²⁷ TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 199

²⁸ ARAÚJO, op. cit., p. 43.

²⁹ Idem, p.98.

voltaria principalmente contra as organizações clandestinas, que, segundo o periódico, lutavam contra a estrutura econômica brasileira de dominação burguesa.³⁰ Assim, mais do que simplesmente descrever os fatos, o FBI tinha o objetivo de despertar a noção de “classe” entre o proletariado.

Com efeito, essa perspectiva é clara em diversas análises realizadas pelo FBI. Ao analisar a política externa do governo militar, por exemplo, o Brasil era apresentado como imperialista em seus acordos econômicos³¹ e como exportador dos métodos de repressão aos seus vizinhos latino-americanos.³² No plano econômico interno, era destacada a concentração de renda em favor das classes dominantes³³ e a desigualdade social do país.³⁴

A política da ocupação da Amazônia é apresentada pelo FBI e por diversos outros periódicos enquanto mais uma ação imperialista em desenvolvimento no Brasil. Todos os projetos de infraestrutura que visavam trazer a “civilização” para o oeste do país, conforme já destacado, partiam de uma preocupação com base no nacionalismo dos militares em promover a integração do território nacional. Partindo da sua perspectiva marxista, com relação a essas políticas, a esquerda brasileira exilada procurou denunciar a participação de empresas norte-americanas na exploração de atividades econômicas na região. Dessa maneira, a esquerda exilada procurou acusar o governo brasileiro de entregar a Amazônia a investidores norte-americanos.³⁵

As atividades de exploração de minérios na região estão entre os temas destacados pelo FBI. A possibilidade de concessão de exploração das reservas mineiras em Carajás por empresas norte-americanas foi denunciada pelo FBI e diversos outros periódicos apoiados pelos brasileiros no exterior. A propaganda de que a Amazônia corresponderia a um “novo Eldorado”, segundo estas publicações, teria atraído o interesse de empresas norte-americanas³⁶.

Além da exploração mineral, a ação dos latifundiários passou a ser uma denúncia comum nos periódicos analisados. A predominância de latifúndios na região, sobretudo no Pará e em Mato Grosso, bem como a exploração de minérios por norte-

³⁰ Entre as inúmeras reportagens que deixam clara essa perspectiva, destacamos: “Apolônio de Carvalho parle de la mobilisation populaire et de l’unité d’action au Brésil”. *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 12. Agosto 1970. p. 07. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

³¹ “Échec diplomatique et revanche à “l’américaine””. *Front Brésilien d’Information*, n. 2. Février 1971. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

³² “Politique latino-américaine de la dictature”. *Front Brésilien d’Information*. An III, 1 janvier 1971. p. 05. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

³³ “Salaire minimum”. *Front Brésilien d’Information*, Juin 1971, n. 6. p. 8. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

³⁴ “Nordeste: de importador a exportador de escravos”. *Front Brésilien d’Information*, mai 1973. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

³⁵ “Un don de 25 milliards de dollars pour l’U.S. steel”. *Front Brésilien d’Information*, n. 13, Septembre 1970, p. 01. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

³⁶ “Le gouvernement radiographie l’Amazonie ». *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 5. Mai 1971. F.04-05. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information

americanos na Amazônia Legal visavam comprovar para o público europeu, as debilidades do modelo econômico adotado pelos militares, marcado pelo grande influência do capital estrangeiro, principalmente norte-americano e a manutenção de privilégios para as elites econômicas do país.

Além das denúncias que diziam respeito aos aspectos econômicos do regime, os exilados também se concentraram na denúncia dos crimes políticos cometidos pelos militares na região. Entre as denúncias dessa natureza, dois temas merecem destaque: o massacre de indígenas e a guerrilha do Araguaia.

O extermínio de indígenas na região amazônica é um tema abordado pela esquerda brasileira exilada que apenas recentemente começou a receber a atenção que a violência do processo exige das autoridades e da sociedade em geral. Marginalizado pela esquerda brasileira durante a década de 1970 em virtude do foco em questões econômicas sociais e urbanas, ele foi abordado no exílio em virtude da já mencionada atenção atribuída pela sociedade europeia ao tema.

O extermínio da etnia Waimiri-Atroari tinha como pano de fundo o processo de ocupação da região amazônica. Segundo a comissão da verdade, o objetivo era abrir caminho para a construção da rodovia BR-174 -ligando Manaus a Boa Vista. A comprovação desse massacre pode quadruplicar o número de vítimas da ditadura militar.³⁷ O extermínio de indígenas foi denunciado pelos exilados, visando sensibilizar a população europeia a respeito da violência empregada pelos militares para a concretização dos seus objetivos econômicos.³⁸

A guerrilha do Araguaia por sua vez, foi um movimento de oposição ao regime que surgiu na região Amazônica durante a década de 1970. O movimento foi protagonizado por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e visava implantar uma guerrilha rural na região, mas foi duramente reprimido pelos militares. O desaparecimento de mais de 60 militantes fez com que a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenasse o Estado brasileiro por violações no combate à guerrilha em 2010.³⁹

A repressão ao movimento foi denunciada pelos exilados, porém, antes disso, a guerrilha já era objeto de análise nos periódicos publicados pelos brasileiros. Em um primeiro momento, a documentação produzida pelos exilados sobre a guerrilha do Araguaia indica a defesa da luta armada enquanto estratégia política.⁴⁰ Dessa forma, além de

³⁷BALZA, Guilherme. Comissão da Verdade apura mortes de índios que podem quintuplicar vítimas da ditadura. *Uol notícias*. 12 de novembro de 2012. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/11/12/comissao-da-verdade-apura-mortes-de-indios-que-podem-quintuplicar-vitimas-da-ditadura.htm> > Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

³⁸ “La disparition des indiens”. *Front Brésilien d’Information*, 1971, n. 7. p. 11. BDIC, Archives : 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information.

³⁹ AGÊNCIA BRASIL. MPF dá início à força-tarefa para investigar Guerrilha do Araguaia. *Carta Capital*. 07 de janeiro de 2014. Disponível em:< <http://www.cartacapital.com.br/politica/mpf-da-inicio-a-forca-tarefa-para-investigar-guerrilha-do-araguaia-8888.html>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

⁴⁰ “La lutte armée de paysans au Pará ». *Front Brésilien d’Information*. Bulletin n. 2. Dec-janvier 1972. F.04-05. BDIC, Archives: 4P 8029. Recueil : Front Brésilien d’information

motivar os militantes a permanecerem fiéis às ideias que motivaram as organizações clandestinas nas quais militavam no Brasil ao destacar o desenvolvimento da luta na Amazônia, procuravam legitimar a luta armada. Apenas a partir de 1973, com a queda do governo de Salvador Allende, a influência da esquerda alternativa francesa e claro, a dura repressão à guerrilha do Araguaia, entre outros eventos, essa perspectiva passou a ser revista.

Considerações finais

O exílio forçado é parte da história das esquerdas que combateram os regimes autoritários que se instalaram na América do Sul durante as décadas de 1960 e 1970. Com o objetivo de afastar e desarticular os elementos considerados uma ameaça aos regimes autoritários, o exílio foi institucionalizado como uma política de isolamento⁴¹, tal como o assassinato, as prisões e os desaparecimentos políticos.

O isolamento almejado pelos militares, em realidade, não se concretizou. Para os militantes brasileiros exilados, a distância do país representou uma oportunidade de dar continuidade à oposição ao regime além das fronteiras nacionais, sobretudo através das denúncias dos crimes cometidos pela ditadura. Além disso, também significou um espaço para revisão e transformação das estratégias e bandeiras.

Dessa maneira, questões relativas ao meio ambiente gradativamente passaram a ganhar maior atenção da esquerda exilada. Temas como a ocupação sistemática da região durante a década de 1970, o extermínio de etnias indígenas, a violência dos latifundiários, a presença do capital estrangeiro, entre outros, passaram a ser abordados a partir de uma perspectiva marxista por esse grupo de militantes que, em geral, não possuía grande contato com o mundo rural.

A análise dessas abordagens permite verificar, não apenas a emergência desses temas, como também o gradual abandono da defesa da luta armada. Essas transformações, segundo o cientista político Alfredo Valladão⁴², em entrevista para a pesquisa que originou este artigo, estão diretamente ligadas ao contato com a esquerda europeia propiciado pelo exílio. Segundo Valladão, a defesa do meio ambiente, foi um tema descoberto pelos militantes brasileiros na Europa, o que pode nos ajudar a compreender as motivações para a criação do Partido Verde (PV) no Brasil, pouco após a abertura política, em 1986.

⁴¹ RONINGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010

⁴² Alfredo Valladão é filho de diplomatas e em virtude disso, já se encontrava na França no momento do golpe. Não foi vinculado às organizações clandestinas e nem mesmo com os partidos de oposição existentes no período que antecedeu o golpe, mas manteve intenso contato com a colônia de brasileiros exilados na França através do seu envolvimento com o Front Brésilien d'Information. Entrevista realizada em Paris, no dia 29 de novembro de 2009.

Portanto, a compreensão das ações dos governos militares relativas à Amazônia Legal se mostra fundamental para a compreensão desse período repressivo da história do Brasil. Além disso, o debate acerca dessas ações marginalizadas durante tanto tempo, tanto pela esquerda urbana, quanto pelos cientistas sociais, pode contribuir para a compreensão das transformações vividas pelos movimentos políticos brasileiros.

Artigo recebido em 20 de janeiro de 2014.

Aprovado em 30 de março de 2014.